



MEMBRO DE:

FIDH – Federação Internacional dos Direitos Humanos

UIDH – União Internacional dos Direitos Humanos

FODHC-PALOP – Fórum das ONGs dos Direitos Humanos e da

Liga Guineense dos Direitos Humanos

Fundada em 12. Agosto. 1991

www.lgdh.org

lgdh.G@netmail.com

Tel: 002457200217

COMUNICADO À IMPRENSA

Volvidos um ano sobre a data em que ocorreram os tristes acontecimentos de 1 e 2 de Março que custaram a vida de duas altas figuras da nossa historia, cujos autores estão ainda por identificar num clima de incerteza sobre a vontade e a capacidade dos órgãos judiciais em proceder as investigações, quando a esperança do povo relativamente à eficiência da Justiça é cada vez mais moribunda.

Por esta ocasião, a Liga Guineense dos Direitos Humanos vem no âmbito do seu papel proactivo pôr a consideração dos guineenses os seguintes:

Com estes acontecimentos, o país imergiu-se numa das crises mais profundas da sua história recente que colocou em risco os valores da república e a própria existência do Estado. Igualmente, os referidos acontecimentos tornaram evidente a fragilidade institucional do Estado e a ineficácia das Forças de Defesa e segurança, abrindo, mais uma vez, precedentes indesejáveis e novas feridas por sarar no nosso tecido social.

As investigações em curso estão num impasse, caracterizado pela actuação sincronizada das instituições judiciais às conveniências políticas, associada à falta de colaboração das autoridades militares. Outrossim, o processo não teve êxito porque os membros da comissão se sentem inseguros para conduzir as investigações bem como as testemunhas chaves que acabaram por abandonar o país.

Entretanto, estão detidos no âmbito da investigação do atentado à bomba contra o Chefe Estado Maior, 4 suspeitos afectos aos diferentes destacamentos das forças armadas em condições infra humanas e sem culpa formada há quase um ano, apresentando sinais de tortura grave e desprovidas de assistência médica e judiciaria, tendo sido, ultrapassado todos os limites legais de prisão preventiva prevista no Código de Processo Penal.

Porém, reconhecemos a complexidade do processo, mas não é menos verdade, que a investigação criminal, independentemente da natureza do crime e da vítima, implica respeito escrupuloso pelos direitos e liberdades fundamentais que constituem princípios básicos de Estado de Direito.

Por outro lado, é urgente elevar os padrões de segurança que se vive no país visto que constitui a condição imprescindível para o funcionamento regular das instituições públicas e a efectivação da autoridade do Estado, senão vejamos:

Em menos de 12 anos, a partir da fratricida guerra civil que o país viveu, a Guiné-Bissau assistiu numerosas situações de sublevação perpetradas sobretudo pelas forças de defesa e segurança, designadamente dois golpes de Estado, assassinatos de um Presidente da República, e de 3 chefes de Estado maior, sendo que neste curto espaço de tempo o país conheceu cinco presidentes da república, onze governos e respectivos primeiros ministros, com o agravante de nenhum deles ter concluído o seu mandato.

As considerações acima aduzidas, demonstram que o país enfrenta uma crise estrutural complexa, isto é, crise cuja magnitude tem reflexo em toda vida social, porquanto a sua resolução está interdependente de vários factores, nomeadamente sociais, culturais, económicos, sobretudo político, militar e da Justiça. Pois, o processo de desenvolvimento exige de cada um de nós, em especial dos órgãos da soberania, concertação, tolerância, cedência e capacidade de gestão de conflitos.

A paz e estabilidade só se alcança quando os cidadãos têm a confiança nas instituições republicanas, a qual é sustentada pelo nível de capacidade de resposta dessas instituições em face das necessidades básicas dos cidadãos, tais como respeito pelos direitos humanos, elevação gradual e sistemático da credibilidade no sistema judiciário, em especial.

A Liga Guineense dos Direitos Humanos mantém-se atento ao desenvolvimento da investigação destes casos e exige as autoridades nacionais, particularmente o Ministério Público, o apuramento, num tempo razoável, dos responsáveis destes actos bárbaros, de forma a assegurar a confiança dos cidadãos na nossa ordem jurídica.

Doze meses depois dos tristes acontecimentos que marcam de forma indelével a história recente do país, assiste-se ainda alguns focos de tensão capazes de degenerar em situações de crise institucional, pelo que a Liga exorta a todos os actores políticos no sentido de abdicarem de comportamentos que possam pôr em causa os valores da Paz e da estabilidade institucional.